

Cultura e trabalho imaterial

Culture and immaterial labour

Barbara Szaniecki*

Leonora Corsini**

Maurício Siqueira***

O dossiê “Cultura e Trabalho Imaterial” nasceu da percepção da centralidade da cultura e da hegemonia do trabalho imaterial na economia contemporânea, e tem por objetivo apresentar pesquisas que podem contribuir a esse debate. Em *Trabalho Imaterial*, Lazzarato e Negri afirmam a necessidade para o capital de uma subjetividade ambigualmente ativa, pois que o consumidor não apenas é produzido, como também produz a si mesmo. É nossa subjetividade que é posta a trabalhar, seja na produção dos conteúdos culturais da mercadoria, seja na ativação da cooperação produtiva. Portanto, mais do que produção de mercadoria trata-se de uma produção de relação social na qual a nossa participação torna-se vital. Enquanto no modelo industrial, a produção e o consumo ocorriam separadamente, no modelo pós-industrial ambos se encontram perfeitamente integrados pelas interfaces da nova relação produção/consumo: a comunicação social e, de maneira mais abrangente, a cultura. Com efeito, após o declínio da política clássica (a soberania) e da política da representação (vinculada a mecanismos disciplinares), chegamos a uma forma de poder que se torna cada vez mais uma política de comunicação e cultura, isto é, uma política de modulação do sujeito de enunciação (associada à tecnologias de controle). As interfaces dessa forma de poder – “a produção audiovisual, a publicidade, a moda, a produção de software, a gestão do território” (LAZZARATO; NEGRI, 2001, p.45) entre outras – têm a relação autoria / reprodução / recepção como modelo de produção: o modelo estético torna-se hegemônico junto com o trabalho denominado imaterial com seus aspectos intelectuais, afetivos e criativos. Em suma, além de valor econômico, esse “trabalho” que mal pode ser designado como tal é responsável pela produção de subjetividades e de um emaranhado de relações sociais. Ademais, ele não se restringe à interface, mas permeia todas as etapas da produção e do consumo ou, visto que estamos dentro do modelo estético, todas as etapas da produção autoral, da reprodução e da recepção.

Como dissemos, essa situação traz ambivalências. Se, por um lado, *o autor* integra um processo de produção organizado industrialmente, por outro, por suas qualidades intelectuais, manuais e

*Doutoranda em Design pela PUC-RJ. Co-editora das revistas Lugar Comum (Estudos de Mídia, Comunicação e Cultura), Global/Brasil e Multitudes. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rua Marquês de São Vicente 225, Gávea. Rio de Janeiro-RJ. Cep: 22451-900. Cx. Postal: 38097. Email: dolar.rj@terra.com.br

**Doutora pela Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Av. Pasteur, 250. Escola de Serviço Social, sala 33. Praia Vermelha. 22290-240. Riode Janeiro, RJ – Brasil. Email: leonora.corsini@terra.com.br

***Sociólogo com graduação e mestrado pela Freie Universität Berlin, Alemanha; doutor em Engenharia da Produção na área de Política de Ciência e Tecnologia pela COPPE/UFRJ. Pesquisador no Setor de Estudos de Política Cultural do Centro de Pesquisa da Fundação Casa de Rui Barbosa. Fundação Casa de Rui Barbosa, Setor de Estudos de Política Cultural. Rua São Clemente 134, Botafogo. Rio de Janeiro-RJ. Cep: 22260-000. Email: mauricio@rb.gov.br

empreendedoras (LAZZARATO e NEGRI, 2001, p.50)¹, ele não perde a “*autonomia e a independência da sua constituição e do seu sentido*”. Por sua vez, embora os “*produtos ideológicos*”² se tornem mercadorias, eles não perdem “*a capacidade de estarem sempre voltados a alguém, de serem ‘idealmente significantes’ e (...) portanto, colocam o problema do sentido*” (LAZZARATO e NEGRI, 2001, p.50). E enfim, se o *receptor* é elemento integrante do “produto ideológico” pois que é a ele que o autor se dirige, por outro o receptor é sujeito criador do “produto ideológico” visto que é através dele próprio que o produto se realiza efetivamente. Dessas três características, podemos concluir que o conjunto das relações sociais se torna produtivo ou “criativo”, enquanto o capital se torna meramente reprodutivo.³ E podemos enfatizar que, se o modelo estético se aplicava outrora ao produto dito “ideológico”, hoje ele se aplica a qualquer produto: do *software* ao *hardware*, mas também do livro ao par de tênis.

Afirmar que nos encontramos em contexto de hegemonia do trabalho imaterial não significa que somos todos intelectuais, mas que todos desenvolvemos atividades com aspectos intelectuais, afetivos, criativos e socialmente cooperativos, e que a mais-valia se realiza hoje em todos esses aspectos. Lazzarato e Negri apontam a potência dos processos de subjetivação (LAZZARATO e NEGRI, 2001, p. 26) como decorrentes das lutas dos anos 60 e 70 contra a divisão do trabalho e a conseqüente alienação. Como conseqüência, hoje, afirmar que o trabalho imaterial se torna hegemônico significa que no seio da fábrica pós-fordista, o “operário”, qualificado ou não, é instigado a realizar escolhas mais do que obedecer ao comando exterior. E que, na empresa pós-fordista em sua forma difusa no território metropolitano, a força de trabalho se torna uma intelectualidade de massa. Para esse *General Intellect* nos termos de Marx, a relação de trabalho não é mais simples subordinação ao capital, mas se coloca também em termos de independência aos espaços e tempos do capital. A mobilidade e a flexibilidade na metrópole resulta simultaneamente, mas não simetricamente, em exploração do trabalho e potência da ação livre. O operaísmo e o pós-operaísmo⁴ afirmam a constituição de uma subjetividade empreendedora e autônoma com relação ao trabalho assalariado. Isto não significa que os conflitos cessam, mas que essa subjetividade vai além do antagonismo, pois que há constituição de um processo de autovalorização e de uma realidade social alternativa. Para discutir essa problemática sem encerrá-la em uma resposta definitiva, as contribuições foram divididas em quatro núcleos complementares, sendo que a diversidade das abordagens confirma a centralidade da reflexão:

O primeiro núcleo traz para o debate artigos com questões de ordem teórica. Em “*Trabalho Imaterial, Cultura e Dominação*”, Sílvio Camargo coloca frente a frente as teses acerca do capitalismo cognitivo desenvolvidas por Antonio Negri, André Gorz, Yann Moulier-Boutang, Carlo Vercellone e Giuseppe Cocco por um lado e, por outro, a tradição da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, defendida hoje por autores como Fredric Jameson. Segundo o autor, enquanto na teorização da indústria cultural de Adorno e Horkheimer há um sólido embasamento nas categorias marxianas, a idéia de capitalismo cognitivo se afasta desse *corpus* teórico para se aproximar de um terreno discursivo mais próximo do pós-estruturalismo e da fenomenologia.

¹Lazzarato e Negri definem a atividade empreendedora como “capacidade de *management* das relações sociais e de estruturação da cooperação social da qual faz parte”. (LAZZARATO; NEGRI, op. cit., p. 50). Ver também: COCCO, Giuseppe; GALVÃO; Alexander Patez; SILVA, Gerardo (orgs.) *Capitalismo Cognitivo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

²As aspas são de Lazzarato e Negri.

³“De fato, ele (o capital) exercita hoje sua função de controle e de vigilância de fora do processo produtivo, porque o conteúdo do processo pertence sempre mais a outro modo de produção, à cooperação social do trabalho imaterial”. LAZZARATO; NEGRI, 2001, p. 31.

⁴“A proposta de uma abordagem em termos de ‘operário social’ [...] articulava a centralidade de figuras sociais cujas dimensões produtivas não dependiam mais da inserção na relação salarial” (COCCO; NEGRI, 2001, p. 21).

Resta o fato de que a produção cultural em suas lutas, seja em termos econômicos seja em termos estéticos, extrapola hoje toda “indústria cultural” e novas categorias se fazem necessárias. A reflexão em torno do “trabalho imaterial” se insere nessa perspectiva. Em “*Negri Leitor de Marx: Trabalho Imaterial e Multidão*”, Alexandre Pinto Mendes e Clarisse Toscano de Araújo Gurgel problematizam a multidão como novo sujeito transformador questionando a possibilidade da emergência do *General Intellect* no ciclo do trabalho imaterial a partir de análise do percurso intelectual do filósofo Antonio Negri em sua leitura da obra de Marx, em particular dos *Grundrisse*.

A essas questões teóricas, os artigos seguintes muito contribuem trazendo pesquisas no campo do capital, da ação do Estado e do “movimento dos movimentos” da cultura, onde encontramos uma visível busca de emancipação. Se por trabalho imaterial entendemos a própria resistência à divisão do trabalho – trabalho intelectual *versus* trabalho manual –, o ciclo pós-fordista abre as condições de uma inteligência socialmente cooperativa e culturalmente inovadora além de, ao mesmo tempo, permitir a emergência de novos conflitos sob a forma de captura dessa cooperação. A potência da multidão, tal como a define Antonio Negri, é uma potência de auto-organização que se constitui para além das formas de organização representativa da política e que resiste às formas de organização capitalista da produção, daí a necessidade de apreender os antagonismos tal como eles se apresentam hoje, ou seja, sob uma forma irreduzível à dialética capital *versus* trabalho. A questão da organização – organização nos processos imanentes à sua própria constituição – está presente em toda a obra de Antonio Negri até o recente *Commonwealth*, onde desenvolve apontamentos sobre as instituições do comum. E, como veremos, está presente direta ou indiretamente nos estudos que aqui serão apresentados. Para não ceder à especulação teórica, faz-se necessário retornar à pesquisa.

Nesse sentido, o segundo núcleo traz artigos que apontam o modo como o capitalismo contemporâneo vem trazendo a cooperação social “para casa” segundo expressão de Bruno Latour, ou seja, para o seio da empresa pós-fordista. Essa captura se dá por meio de diferentes formas de “organização”: integração de trabalho (fábrica) e consumo (loja), captação de idéias-forças na sociedade e transformação em identidades de marca, e estruturação de redes sociais. No artigo “*O trabalho dentro da loja de McDonald’s: regimes de visibilidade que revelam a imaterialidade da produção*”, por exemplo, Viviane Riegel mostra como o ambiente McDonald’s é constituído por um sistema de imagens que prioriza a imaterialidade do consumo da mercadoria em detrimento da materialidade da produção dos alimentos: mais do que um serviço trata-se de uma construção de uma “experiência *fast food*” de alimentação, onde a circulação da informação entre produtor e consumidor é fundamental. Em seu artigo “*Economia criativa e trabalho imaterial: a indústria da moda sob uma perspectiva informacional*”, Vladimir Sibylla Pires nos apresenta o modo como o capital se apropria da dinâmica informacional dos trabalhadores da indústria da moda para articulá-la com aquela de atores externos a ela no intuito de construir uma marca, ou melhor, um “estilo de vida Osklen”. O autor designa por “central de criatividade” essa organização diferenciada a serviço da valorização de uma marca. A “personalidade da marca” é também objeto de indagação no artigo de Gerardo Silva “*Sobre o Marketing, a Publicidade e a Sociedade do Controle*”, no qual se problematiza o sentido de tais práticas a partir de uma perspectiva política do consumo e das aporias do mercado na sociedade contemporânea. Sempre na perspectiva do capital, em “*A lógica da acumulação capitalista na economia informacional*”, Bouzid Izerrougène, Arthur Urpia e Isaura Florisa de Almeida mostram como, em uma economia onde a informação e o conhecimento passaram a desempenhar um papel estratégico, o desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) apresenta, por uma lado, perspectivas sociais e culturais revolucionárias com seus modelos de “interação” mais do que “organização” e, por outro lado, permite novas

formas de acumulação do capital. O autor aborda como ocorre a captação de informação nas redes sociais e tecnológicas para a criação de novos valores de uso e troca.

Diante desse quadro de captura da cooperação social ampliada pelo caráter dual das TICs, quais são as perspectivas abertas pelo Estado para a cultura em toda a sua potência transformadora? O terceiro núcleo comporta apenas um artigo que indica como, por meio da implantação de equipamentos específicos (Espaços Mais Cultura), políticas públicas (Programa Mais Cultura) têm procurado potencializar a produção cultural em tempos de trabalho imaterial e em áreas de vulnerabilidade social. Em *“Os espaços Mais Cultura e a Funarte - Política pública como ferramenta de criação e difusão cultural”*, Ana Teresa Araujo Vasconcelos e Juliana Amaral dos Santos, ambas pesquisadoras da Funarte, apresentam detalhadamente visitas técnicas a Espaços Mais Cultura – espaços de formação, de informação e de convivência social – que afastam a cultura das práticas de lazer e de entretenimento para aproximá-la de uma “ação cultural” nas e das comunidades locais, em diálogo com o Governo Federal.

O quarto núcleo apresenta algumas experiências que, independente de suas dimensões no espaço e de sua persistência no tempo, se apresentam como culturalmente inovadoras e socialmente transformadoras. Em *“A cultura de colaboração e inovação dos desenvolvedores de software livre”*, os autores Clóvis Ricardo Montenegro de Lima, Darlan José Roman, Francine Barcellos Régis e Maireli Dittrich mostram como a intersubjetividade dos desenvolvedores de software livre – onde “livre” indica a liberdade do usuário para executar, modificar e redistribuir o software – se condensa em uma cultura de compartilhamento e não de propriedade dos saberes, ou seja, uma cultura baseada numa economia da dádiva e não numa economia capitalista. A essa qualidade soma-se uma quantidade que é incomensurável. Com efeito, quando o trabalho imaterial se torna hegemônico, os padrões clássicos de medida não mais podem ser aplicados. Essa cultura baseada na auto-organização criativa e na inovação desmedida da linguagem comum coloca em cheque o próprio capitalismo: a produção de software livre é “antieconômica”. Já no artigo de Cristina Benedeti Guilhem *“Inserção de conteúdos na web a partir das seis propostas de Ítalo Calvino”* para o próximo milênio, a autora se apropria dos enunciados colocados por Calvino na década de 1980 a respeito da literatura e aponta diretrizes para agregar qualidade – e eventualmente valor – à informação que circula nas plataformas *Web*: leveza, rapidez, exatidão, visibilidade, multiplicidade e consistência.

Outros dois artigos importantes contribuem para esse núcleo sobre experiências abertas pelo ciclo de trabalho imaterial no campo da cultura. Em *“A prática de ‘orientar vocações’ e os sentidos atuais do trabalho”*, Cleriston Philip Buriche Bartalini, Nira Kaufman Sasso e Pedro Paulo Gastalho Bicalho apresentam uma modalidade de intervenção na subjetividade que se distingue da tradicional procura da “pessoa certa no lugar certo” na organização capitalista e na ordem social, e conseqüente restrição das escolhas de trabalho aos padrões oferecidos pelo mercado. Por oposição à “Orientação Vocacional”, a “Análise do Vocacional” é um dispositivo onde o imperativo da escolha profissional é atravessado por questões que dizem respeito não só à carreira, mas a todas as escolhas da vida dentro do atual contexto de precarização do trabalho e de destituição das garantias sociais. Os autores se baseiam em sua experiência em um projeto de extensão do Instituto de Psicologia (IP/UFRJ) no Curso Pré-Vestibular do Caju (CPV-Caju) para estudantes de origem popular que buscam suporte na preparação para o Vestibular de modo a ingressar em uma universidade pública. Trata-se de um potente agenciamento entre universidade pública e movimentos sociais no deslocamento da atividade de desvelar vocações profissionais para aquela de produzir escolhas vitais. E, por fim, no artigo *“O general intellect da juventude: a experiência do NoAR”*, Alexandre Barbalho apresenta a produção, em Fortaleza, de um programa veiculado na rede pública de televisão pela ONG Alpendre com jovens em “risco

social”. Em um contexto biopolítico – conceito de Foucault que indica a superação da dicotomia Estado/sociedade em proveito de uma gestão política direta da vida por meio do controle contínuo da população –, Deleuze considerava fundamental a criação de “vácuos de não-comunicação” ou interruptores para escapar ao controle. Barbalho interroga-se então sobre a possibilidade de outras linhas de fuga além da não-comunicação e apresenta a experiência NoAR, dentro da lógica do trabalho imaterial e do *general intellect*, como uma “possibilidade do comum”. Mais do que definir “a priori” o sujeito revolucionário, faz-se necessário apreendê-lo em suas lutas para além do evento insurrecional. Não se trata, pois de “encontrar” os aspectos emancipadores na chamada intelectualidade de massa, mas de “fazer” multidão constituindo o comum nos movimentos e nas instituições porvir.

Referências

COCCO, Giuseppe. Introdução a LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. *Trabalho Imaterial*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001

COCCO, Giuseppe; GALVÃO, Alexander Patez; SILVA, Gerardo (orgs.), *Capitalismo Cognitivo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

LAZZARATO, Maurizio e NEGRI, Antonio. *Trabalho Imaterial*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.